

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – MAIO DE 2017

ICMS	2
LEGISLAÇÃO	2
JURISPRUDÊNCIA.....	4
ISS	5
LEGISLAÇÃO	5
IR E CSLL	6
JURISPRUDÊNCIA.....	6
PIS E COFINS	8
JURISPRUDÊNCIA.....	8
DIVERSOS	10
LEGISLAÇÃO	10
JURISPRUDÊNCIA.....	10

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. GO E PR - AUTORIZAÇÃO PARA A CONCESSÃO DE CRÉDITO PRESUMIDO NA AQUISIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO – APURAÇÃO DO BENEFÍCIO - ALTERAÇÃO PROMOVIDA NAS DISPOSIÇÕES DO CONVÊNIO ICMS nº 102/2013
 - **Convênio ICMS nº 45, de 17 de abril de 2017 (DOU 20.04.17 – Retif. DOU 03.05.17)**

2. AUTORIZA O ESTADO DE SÃO PAULO A INSTITUIR PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS FISCAIS RELACIONADOS COM O ICM E O ICMS, E DISPENSAR OU REDUZIR MULTAS E DEMAIS ACRÉSCIMOS LEGAIS DECORRENTES DE FATOS GERADORES OCORRIDOS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 - **Convênio ICMS nº 54, de 09 de maio de 2017 (DOU 11.05.17)**

3. CEST – INDICAÇÃO NA NF-E – OBRIGATORIEDADE – PRAZOS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NOS CONVÊNIOS ICMS nºs 92/2015 E 52/2017
 - **Convênio ICMS nº 60, de 23 de maio de 2017 (DOU 25.05.17)**

4. INSTITUIÇÃO DO PORTAL NACIONAL DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – EFEITOS DE SUAS DISPOSIÇÕES – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO CONVÊNIO ICMS nº 18/2017
 - **Convênio ICMS nº 61, de 23 de maio de 2017 (DOU 25.05.17)**

5. NORMAS GERAIS A SEREM APLICADAS AOS REGIMES DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E DE ANTECIPAÇÃO DO ICMS COM ENCERRAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, RELATIVOS ÀS OPERAÇÕES SUBSEQUENTES, INSTITUÍDOS POR CONVÊNIOS OU PROTOCOLOS FIRMADOS ENTRE OS ESTADOS E O DISTRITO FEDERAL – EFEITOS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO CONVÊNIO ICMS nº 52/2017
 - **Convênio ICMS nº 62, de 23 de maio de 2017 (DOU 25.05.17)**

6. SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES DERIVADOS OU NÃO DE PETRÓLEO (CONVÊNIO ICMS nº 110/2007) – MARGEM DE VALOR AGREGADO APLICÁVEL – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NAS TABELAS DO ATO COTEPE/ICMS nº 42/2013 – EFEITOS A PARTIR DE 1º DE JUNHO DE 2017
 - **Ato Cotepe/MVA nº 10, de 23 de maio de 2017 (DOU 24.05.17)**

7. CT-E – DIVULGAÇÃO DE ALTERAÇÕES EM SCHEMA E REGRAS DE VALIDAÇÃO DA VERSÃO 3.00
 - **Nota Técnica 2017/001**

8. MG – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – ALCANCE DO REGIME NAS OPERAÇÕES COM (I) INSUMOS DESTINADOS A PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO, (II) AUTOPEÇAS, (III) PERFUMARIA E OUTROS - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MG
 - **Decreto nº 47.188, de 22 de maio de 2017 (DOE-MG 23.05.17)**
9. MG - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIAS - BASE DE CÁLCULO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MG
 - **Decreto nº 47.191, de 24 de maio de 2017 (DOE-MG 25.05.17)**
10. MG - SAÍDA DE MERCADORIA REALIZADA COM O FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO – PROCEDIMENTOS PARA A FORMALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/MG PARA ADEQUAÇÃO AO CONVÊNIO ICMS Nº 20/2016
 - **Decreto nº 47.195, de 26 de maio de 2017 (DOE-MG 27.05.17)**
11. MT - CONSTRUÇÃO CIVIL – FRUIÇÃO DO BENEFÍCIO DA REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E EQUALIZAÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA – CREDENCIAMENTO DO CONTRIBUINTE – DISPOSIÇÕES
 - **Portaria SEFAZ nº 88, de 17 de maio de 2017 (DOE-MT 25.05.17)**
12. RS – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, DERIVADOS OU NÃO DE PETRÓLEO, E OUTROS PRODUTOS – BASE DE CÁLCULO E MVA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS
 - **Decreto nº 53.524, de 03 de maio de 2017 (DOE-RS 04.05.17)**
13. RS - ICMS - BENEFÍCIOS FISCAIS – PRORROGAÇÃO – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/RS PARA ADEQUAÇÃO AO CONVÊNIO ICMS Nº 49/2017
 - **Decreto nº 53.538, de 17 de maio de 2017 (DOE-RS 18.05.17)**
14. SP - SALDOS CREDORES ELEVADOS E CONTINUADOS DO ICMS EM VIRTUDE DA APLICAÇÃO DA ALÍQUOTA DE 4,0% NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM BENS OU MERCADORIAS IMPORTADOS DO EXTERIOR OU COM CONTEÚDO DE IMPORTAÇÃO SUPERIOR A 40% (RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 13/2012) – ESTABELECIMENTO PAULISTA QUE REALIZE OPERAÇÕES COM AUTOPEÇAS, IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL - REGIME ESPECIAL PARA A SUSPENSÃO E DIFERIMENTO DO IMPOSTO DEVIDO NA IMPORTAÇÃO E NAS OPERAÇÕES INTERNAS – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP
 - **Decreto nº 62.550, de 02 de maio de 2017 (DOE-SP 03.05.17)**
15. SP – OPERAÇÕES COM PRODUTOS TÊXTEIS - REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E CRÉDITO PRESUMIDO – DISPOSIÇÕES - ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO RICMS/SP
 - **Decreto nº 62.560, de 05 de maio de 2017 (DOE-SP 06.05.17)**

16.SP – OPERAÇÕES COM PRODUTOS TÊXTEIS - OPÇÃO POR CRÉDITO OUTORGADO EM SUBSTITUIÇÃO AO APROVEITAMENTO DE DEMAIS CRÉDITOS – DISPOSIÇÕES

- **Portaria CAT nº 35, de 26 de maio de 2017 (DOE-SP 27.05.17)**

17.SP – SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA – OPERAÇÕES COM ARTEFATOS DE USO DOMÉSTICO – LISTA DE MERCADORIAS – ALTERAÇÕES PROMOVIDAS NO ANEXO ÚNICO DA PORTARIA CAT Nº 11/2017

- **Portaria CAT nº 36, de 29 de maio de 2017 (DOE-SP 30.05.17)**

JURISPRUDÊNCIA

18.CRÉDITOS DE ICMS DECORRENTES DE OPERAÇÕES DECLARADAS INIDÔNEAS – POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DESDE QUE COMPROVADA A BOA-FÉ DO ADQUIRENTE

- **Precedente do Tribunal de Justiça de São Paulo**

ISS

LEGISLAÇÃO

1. SÃO PAULO - PROCEDIMENTO ELETRÔNICO E SIMPLIFICADO PARA A ABERTURA, REGISTRO E ALTERAÇÃO DE EMPRESAS – DISCIPLINA – ALTERAÇÕES NO DECRETO Nº 57.299/2016
 - **Decreto nº 57.681, de 05 de maio de 2017 - (DOM-SP 06.05.17)**

2. SÃO PAULO – SOCIEDADES UNIPROFISSIONAIS - NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFS-E) - EMISSÃO – OBRIGATORIEDADE
 - **Instrução Normativa SMF nº 07, de 08 de maio de 2017 (DOM-SP 09.05.17)**

3. SÃO PAULO - CADASTRO DE CONTRIBUINTES MOBILIÁRIOS (CCM) - PROCEDIMENTO ELETRÔNICO E SIMPLIFICADO DE EMPRESAS - DISCIPLINA
 - **Instrução Normativa SMF nº 08, de 08 de maio de 2017 (DOM-SP 09.05.17)**

4. TABELA DE CORRESPONDÊNCIA DOS CÓDIGOS DA CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DE ATIVIDADES ECONÔMICAS (CNAE) COM OS CÓDIGOS REFERENTES AO ISS - APROVAÇÃO
 - **Instrução Normativa SMF nº 10, de 09 de maio de 2017 (DOM-SP 10.05.17)**

IR E CSLL

JURISPRUDÊNCIA

1. ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO REGIME DO LUCRO PRESUMIDO – EXCLUSÃO
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**

2. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DE BENEFÍCIO FISCAL DE ICMS – IMPOSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE SUBVENÇÃO PARA FINANCIAMENTO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

3. PAGAMENTO A MAIOR DE ESTIMATIVA – CONFIGURAÇÃO DE INDÉBITO – POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

4. JCP – DEDUTIBILIDADE APENAS DAS DESPESAS FINANCEIRAS RELATIVAS AOS JUROS REFERENTES AO ANO DE APURAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. PDD – CONCEITO DE OPERAÇÃO NO CASO DE SERVIÇOS CONTINUADOS - PRESTAÇÃO MENSAL REALIZADA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. REGISTRO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL QUANDO NÃO OBRIGATÓRIO – NÃO EQUIPARAÇÃO À REAVALIAÇÃO DE BENS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. LIQUIDAÇÃO DE MULTAS E JUROS COM PREJUÍZO FISCAL – SALVO PREVISÃO LEGAL, DEVE SER TRATADA COMO RECEITA TRIBUTÁVEL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. ÁGIO INTERNO - NÃO DESCARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. LUCROS NO EXTERIOR – LUCROS DE CONTROLADAS E COLIGADAS DIRETAS E INDIRETAS – TRIBUTAÇÃO DE FORMA INDIVIDUALIZADA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. IRRF – SOFTWARE PRODUZIDO EM SÉRIE OU PADRONIZADO – CONCESSÃO OU ALUGUEL DE LICENÇA DE SOFTWARE DE USO GERAL E NÃO EXCLUSIVO – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARES COM ESTAS CARACTERÍSTICAS – NÃO INCIDÊNCIA

- **Solução de Consulta COSIT nº 230, de 12 de maio de 2017 (DOU 12.05.17)**

11. LUCRO PRESUMIDO – VENDA DE PROGRAMA DE COMPUTADOR ADAPTADO – MEROS AJUSTES QUE NÃO REPRESENTAM EFETIVA ENCOMENDA – APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 8% (VENDA DE MERCADORIA) – ADAPTAÇÕES QUE REPRESENTAM, EFETIVAMENTE, DESENVOLVIMENTO DE NOVO PROGRAMA – APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DE 32% (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

- **Solução de Consulta COSIT nº 235, de 15 de maio de 2017 (DOU 23.05.17)**

12. LUCRO PRESUMIDO – SERVIÇOS HOSPITALARES – PERCENTUAL DE 8% - INAPLICABILIDADE AOS SERVIÇOS DE SIMPLES CONSULTAS MÉDICAS, IDENTIFICADAS A CONSULTÓRIOS MÉDICOS

- **Solução de Consulta nº 8.031, de 24 de abril de 2017 (DOU 29.05.17)**

13. IRRF – GANHO DE CAPITAL – IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE ISENÇÃO CASO O VALOR DA VENDA SEJA APLICADO EM REFORMA DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO CONTRIBUINTE

- **Solução de Consulta COSIT nº 240, de 19 de maio de 2017 (DOU 31.05.17)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. CONSTITUCIONALIDADE DAS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI Nº 10.833/03
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
2. REGIME MONOFÁSICO – POSSIBILIDADE DE MANUTENÇÃO DE CRÉDITO
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
3. OPERAÇÃO DE BACK-TO-BACK – INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES
 - **Precedente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
4. EMPRESAS COMERCIAIS – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS SOBRE INSUMOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
5. RECEITAS DE VENDAS PARA A ZONA FRANCA – IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO À EXPORTAÇÕES – INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
6. DESPESAS COM *DEMURRAGE* – POSSIBILIDADE DO DESCONTO DE CRÉDITOS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
7. PAGAMENTOS EFETUADOS A PESSOA JURÍDICA EM RAZÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS PARA FINS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO – EQUIPARAÇÃO A SERVIÇO DE ASSESSORIA CREDITÍCIA E DE SELEÇÃO E RISCOS – NECESSIDADE DE RETENÇÃO NA FONTE
 - **Solução de Divergência COSIT nº 19, de 09 de maio de 2017 (DOU 15.05.17)**
8. LEASING DE VEÍCULOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS – POSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
 - **Solução de Consulta COSIT nº 205, de 24 de abril de 2017 (DOU 18.05.17)**
9. AQUISIÇÃO DE BENS SUJEITOS À INCIDÊNCIA MONOFÁSICA – CUSTOS DE TRANSPORTE (FRETE) – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
 - **Solução de Consulta DISIT nº 7.010, de 20 de março de 2017 (DOU 12.05.17)**

10. AQUISIÇÃO DE INSUMOS NÃO SUJEITOS ÀS CONTRIBUIÇÕES, À ALÍQUOTA ZERO OU ADQUIRIDOS COM SUSPENSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES; PRODUTOS ADQUIRIDOS COM ISENÇÃO OBJETO DE REVENDA OU UTILIZADOS COMO INSUMOS EM PRODUTOS OU SERVIÇOS VENDIDOS EM OPERAÇÕES NÃO SUJEITAS ÀS CONTRIBUIÇÕES – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
- **Solução de Consulta COSIT nº 227, de 12 de maio de 2017 (DOU 18.05.17)**
11. SERVIÇOS ADUANEIROS, FRETE INTERNO REFERENTE AO TRANSPORTE DE MERCADORIA ENTRE O POSTO ALFANDEGÁRIO E O ESTABELECIMENTO DO CONTRIBUINTE – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS. DESPESAS COM ARMAZENAGEM – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
- **Solução de Consulta COSIT nº 241, de 19 de maio de 2017 (DOU 24.05.17)**
12. PIS/COFINS IMPORTAÇÃO – POSSIBILIDADE DE RESTITUIÇÃO DE VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS EM RAZÃO DA INCLUSÃO DO ICMS E DAS PRÓPRIAS CONTRIBUIÇÕES SEM AÇÃO JUDICIAL
- **Solução de Consulta COSIT nº 223, de 09 de maio de 2017 (DOU 22.05.17)**
13. PIS/COFINS IMPORTAÇÃO – NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO DO DIREITO À RESTITUIÇÃO UMA VEZ QUE OS CONTRIBUINTE APURAM CRÉDITO DAS CONTRIBUIÇÕES
- **Solução de Consulta COSIT nº 237, de 16 de maio de 2017 (DOU 24.05.17)**
14. VALORES PAGOS A TÍTULO DE COMISSÃO POR INTERMEDIÇÃO DE VENDA – IMPOSSIBILIDADE DE CREDITAMENTO
- **Solução de Consulta nº 8.030, de 19 de abril de 2017 (DOU 29.05.17)**
15. VALORES DEVOLVIDOS AO CONTRIBUINTE COMO RESULTADO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL QUE APUROU ILÍCITOS NA NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS – PAGAMENTOS INDEVIDOS EFETUADOS PARA AQUISIÇÃO DE ATIVOS – RECEITA TRIBUTÁVEL
- **Solução de Consulta COSIT nº 268, de 24 de abril de 2017 (DOU 31.05.17)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. CRIAÇÃO DO PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PERT
 - **Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017 (DOU 31.05.17)**

JURISPRUDÊNCIA

1. EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Supremo Tribunal Federal**
2. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – AUXÍLIO DE QUEBRA DE CAIXA – INCIDÊNCIA
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
3. EXECUÇÃO FISCAL – LEILÃO DE BENS DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL – SUSPENSÃO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
4. REVOGAÇÃO DE LIMINAR QUE DETERMINAVA A SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – RETOMADA DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL
 - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**
5. RETENÇÃO DE VEÍCULO – POSSIBILIDADE APENAS ATÉ A LAVRATURA DO AUTO DE INFRAÇÃO
 - **Precedente da Justiça Estadual da Comarca de Salvador**
6. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – *STOCK OPTIONS* – CONFIGURAÇÃO DE REMUNERAÇÃO – INCIDÊNCIA
 - **Precedente da Câmara Superior de Recursos Fiscais**
7. CRÉDITO DECORRENTE DE PAGAMENTO A MAIOR – COMPENSAÇÃO – APRESENTAÇÃO DE DCTF RETIFICADORA – INSUFICIÊNCIA – NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO DIREITO CREDITÓRIO POR MEIO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL FISCAL
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**
8. DÉBITOS DECLARADOS EM DCTF – POSSIBILIDADE DE LANÇAMENTO DE OFÍCIO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – *STOCK OPTIONS* – DATA DO FATO GERADOR – DATA DA OPÇÃO DE COMPRA – BASE DE CÁLCULO – DIFERENÇA ENTRE O VALOR DAS AÇÕES RECEBIDAS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO E O VALOR PAGO PELO BENEFICIÁRIO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – *STOCK OPTIONS* – BASE DE CÁLCULO – DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE MERCADO DAS AÇÕES E O VALOR PAGO PELO BENEFICIÁRIO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – JCP PAGO DE MANEIRA DESPROPORCIONAL À PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL – CONFIGURAÇÃO DE REMUNERAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

12. PLR – ACORDO ASSINADO NO MÊS DO TÉRMINO DO PERÍODO DE AFERIÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – CONFIGURAÇÃO DE REMUNERAÇÃO
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

13. PLANEJAMENTO FISCAL – ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE À ASSESSORIA QUE AUXILIA NA EXECUÇÃO – IMPOSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

14. TICKET REFEIÇÃO – EQUIPARAÇÃO A FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO *IN NATURA* – NÃO INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

15. TICKET REFEIÇÃO OU PAGAMENTO EM PECÚNIA – INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

16. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS – RESTITUIÇÃO DE VALORES RETIDOS – DIFERENÇA ENTRE O VALOR DESTACADO E O RETIDO – COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO DO VALOR RETIDO – POSSIBILIDADE
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

17. PLR – PAGAMENTO DE PARCELA ADICIONAL NÃO PREVISTA NO ACORDO – INCIDÊNCIA DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
 - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

18. SISCOSEV – SERVIÇOS CONEXOS À IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO – NECESSIDADE DE REGISTRO, MESMO QUE NÃO CONSTEM DO CONHECIMENTO DE EMBARQUE E INDEPENDENTEMENTE DA CONTRATAÇÃO DE CÂMBIO, MEIO DE PAGAMENTO OU EXISTÊNCIA DE CONTRATO FORMAL – COMPROVAÇÃO DO CONTRATO QUE SE DÁ POR QUALQUER DOCUMENTO QUE DEMONSTRE O PAGAMENTO

- **Solução de Consulta COSIT nº 234, de 15 de maio de 2017 (DOU 23.05.17)**

19. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIRO EXECUTADO MEDIANTE CESSÃO DE MÃO-DE-OBRA – CARACTERIZAÇÃO QUANDO O TRABALHADOR É COLOCADO À DISPOSIÇÃO DO TOMADOR DO SERVIÇO AINDA QUE NÃO EXCLUSIVAMENTE – SUJEIÇÃO À RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA

- **Solução de Consulta COSIT nº 232, de 15 de maio de 2017 (DOU 22.05.17)**